

Sumário

Palavras Prévias – 9ª edição (à guisa de apresentação).....	19
Apresentação	25
Prefácio	27
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões	29
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	30
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial.....	32
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas.....	32
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	34
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	38
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	41
2.5. Contas bancárias conjuntas	42
2.6. Seguro de vida.....	43
2.7. A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais.....	44
2.8. As milhas aéreas, as pontuações de programas de fidelidade e a sucessão do titular.....	48
3. O direito das sucessões	49
3.1. O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	49
3.2. A sucessão na perspectiva constitucional	51
3.3. O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias e um histórico desalinhamento entre as relações familiares e sucessórias.....	52
3.4. Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	54
3.5. A função social da sucessão.....	56
3.6. Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões	58
3.7. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	60
4. Terminologias essenciais.....	61
4.1. Autor da herança ou <i>de cuius</i>	61
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário	62
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	63
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica	67
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	67
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	68
4.4.3. Cálculo da legítima.....	71
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras.....	73
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	77
4.4.6. A possibilidade de renúncia antecipada à legítima em contratos de casamento ou união estável	80

4.5. Herdeiro universal	81
4.6. Herança e espólio	81
4.7. Herança e meação.....	83
4.8. Herança e a aceitação com benefício de inventário	84
4.9. Inventário e partilha	86
5. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Sucessões.....	87
6. O planejamento sucessório.....	92

Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral)	101
1. linhas gerais sobre a morte	102
1.1. Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	102
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	104
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	106
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	109
1.5. A comoriência	116
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	120
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	127
2.1. A abertura da sucessão	127
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>)	132
2.2.1. Generalidades.....	132
2.2.2. Fixação da norma material sucessória.....	132
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	136
2.2.4. O cálculo da legítima	136
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário e a incidência da norma sucessória mais favorável ao herdeiro brasileiro	141
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	147
3.1. Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	147
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	149
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	150
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	156
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	160
4. A indignidade e a deserdação.....	167
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	167
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação	169
4.3. Necessidade de reconhecimento judicial	170
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	175
4.5. O indigno ou deserdadado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	177
4.6. A indignidade.....	179
4.6.1. Generalidades	179
4.6.2. Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação	181
4.6.3. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	181

4.6.4. A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística	183
4.6.5. Hipóteses de cabimento	188
4.6.6. A ação de indignidade (aspectos processuais da indignidade)	196
4.6.7. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido)	202
4.7. A deserdação	206
4.7.1. Noções gerais	206
4.7.2. Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	208
4.7.3. Pressupostos da deserdação.....	213
4.7.4. Causas deserdativas dos herdeiros necessários	218
4.7.5. A deserdação bona mente (pro bono).....	225
4.7.6. O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	226
5. A cessão de direitos hereditários (cessão de herança)	227
5.1. Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	227
5.2. Direito de preferência ou prelação (preempção) e o procedimento da ação de preferência	229
5.3. Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	239
5.4. Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	243
5.5. Efeitos da cessão de direitos hereditários	245
6. A aceitação da herança	246
6.1. Breve esboço histórico.....	246
6.2. Noções conceituais	246
6.3. Aceitação da herança com benefício de inventário	248
6.4. Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade)	250
6.5. Integralidade da aceitação	252
6.6. Formas de aceitação da herança	254
6.7. Direito de deliberar sobre a aceitação da herança	256
7. A renúncia da herança.....	259
7.1. Generalidades e noções conceituais	259
7.2. Requisitos da renúncia da herança	261
7.3. Efeitos da renúncia da herança.....	265
7.4. Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	268
7.5. Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar)	269
7.6. Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	273
8. A petição de herança	274
8.1. Noções gerais sobre a petição de herança.....	274
8.2. Natureza jurídica da ação de petição de herança	277
8.3. Legitimados para a ação de petição de herança	280
8.4. O objeto da petição de herança.....	282
8.5. A prescribibilidade da pretensão de petição de herança.....	283
8.6. Efeitos da petição de herança	289
8.7. A petição de herança e o herdeiro aparente.....	290

Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) 295

1. Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	296
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	300
3. A herança jacente e a herança vacante.....	309
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário)	309
3.2. A herança jacente	311
3.3. A herança vacante.....	312
3.4. Abertura simplificada da vacância	315
3.5. Direito de cobrança de créditos	315
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	316
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	316
4.2. Fundamentos da sucessão por representação	318
4.3. Campo de aplicação da sucessão por representação.....	318
4.4. Linhas de incidência da sucessão por representação.....	320
4.5. Uma proposta interpretativa: sucessão por representação em caso de comoriência entre pais e filhos.....	323
4.6. Pressupostos para a sucessão por representação	323
4.7. Efeitos da sucessão por representação	325
5. A sucessão dos descendentes.....	326
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	326
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	327
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	331
6. A sucessão dos ascendentes.....	334
7. A sucessão do cônjuge.....	337
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	337
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	341
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal.....	344
7.4. A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite.....	347
7.5. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os descendentes do autor da herança.....	349
7.5.1. Fundamentos da concorrência entre o cônjuge ou companheiro e os descendentes	349
7.5.2. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	349
7.5.3. A ilógica concorrência do cônjuge ou companheiro em regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	354
7.5.4. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes	362
7.5.5. Percentual sucessório cabível ao cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes.....	365
7.6. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes do autor da herança ...	367
7.7. O cônjuge ou companheiro como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência)	370
7.8. O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro	371

8. A sucessão do companheiro	379
8.1. Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades	379
8.2. A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria	381
8.3. O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	385
8.4. O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge	387
8.5. Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal	392
8.6. Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	394
8.7. Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	395
8.8. O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	397
8.9. O direito real de habitação do companheiro sobrevivente	398
8.10. O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório	400
8.11. Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	404
9. A sucessão dos colaterais	407

Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 413

1. Lineamentos sobre o testamento	414
1.1. Breve esboço evolutivo	414
1.2. A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	417
1.3. A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional e a (im)possibilidade de renúncia antecipada à herança.....	418
2. Noções conceituais, objeto e características do testamento	421
2.1. Noções conceituais sobre o testamento	421
2.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	423
2.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	424
2.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas) ...	428
2.5. Características fundamentais do testamento	431
2.6. A proibição do pacto sucessório	436
3. Capacidade testamentária	438
3.1. Lineamentos gerais.....	438
3.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	439
3.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	445
3.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	446
3.5. Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos)	446
4. As diferentes formas testamentárias	449
4.1. Referências gerais e a necessidade de aproveitamento da vontade, com eventual mitigação das formalidades testamentárias	449
4.2. O testamento elaborado por meio eletrônico	453

4.3. As testemunhas testamentárias	454
4.4. Testamento público	458
4.5. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	462
4.6. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador)	466
4.7. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	470
4.8. Testamentos especiais: militar	472
4.9. A exigência de prévia chancela judicial para o cumprimento de testamentos	474
4.10. A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do prodimento e a sua aplicação à facilitação da ação de cumprimento de testamento	477
4.11. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário	479
5. O codicilo.....	483
5.1. Prolegômenos	483
5.2. Noções conceituais	484
5.3. Objeto do codicilo.....	486
5.4. Revogação do codicilo	488
6. As cláusulas testamentárias.....	489
6.1. Introdução: as disposições testamentárias.....	489
6.2. A nulidade das cláusulas derogatórias	490
6.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	491
6.4. Interpretação das disposições testamentárias.....	496
6.5. Invalidade das disposições testamentárias	499
6.6. Nomeação por certo motivo	506
6.7. Cláusulas testamentárias restritivas	507
6.7.1. Generalidades	507
6.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	509
6.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas	515
6.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	518
7. A redução das cláusulas testamentárias	519
8. o direito de acrescer	523
8.1. Lineamento da matéria.....	523
8.2. O direito de acrescer no campo sucessório	524
8.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	527
8.4. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários	529
8.5. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	530
9. O testamenteiro.....	530
9.1. Noções gerais	530
9.2. Funções do testamenteiro	533
9.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro	535
9.4. Remuneração do testamenteiro.....	536
10. A substituição testamentária	538
10.1. Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária	538
10.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	539
10.3. A substituição vulgar ou ordinária	539

10.4. A substituição recíproca.....	541
10.5. A substituição fideicomissária.....	542
11. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	546
11.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	546
11.2. Extinção do testamento por invalidez.....	547
11.3. Caducidade do testamento.....	552
11.4. Revogação do testamento.....	553
11.5. Rompimento do testamento.....	556

Capítulo V ► Inventários e partilhas: aspectos materiais e processuais..... 559

1. Noções gerais sobre o inventário	560
2. O procedimento de inventário.....	562
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	562
2.2. O inventário negativo	563
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário (as técnicas procedimentais sucessórias).....	567
2.4. O procedimento tradicional de inventário	567
2.5. O arrolamento sumário.....	568
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo)	571
2.7. O inventário extrajudicial (inventário em cartório).....	574
2.8. O alvará judicial	582
2.9. A partilha por ato entre vivos (a partilha em vida).....	586
3. Competência.....	588
4. Prazo de abertura.....	593
5. Legitimidade para a abertura do inventário.....	595
6. Valor da causa e custas processuais.....	599
7. O juízo universal do inventário e as questões que dispõem de prova documental.....	600
8. O inventariante	603
8.1. Noções gerais	603
8.2. A nomeação do inventariante.....	605
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	608
8.4. As atribuições	610
8.5. A remoção e a destituição do inventariante	613
9. O procedimento (comum) de inventário.....	617
9.1. Generalidades e a possibilidade de designação de audiência em nome da diretriz da consensualidade.....	617
9.2. Petição inicial	618
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações)	618
9.4. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>).....	621
9.5. Impugnações.....	623
9.6. Avaliações e a possibilidade de produção antecipada de prova, prova emprestada e aplicação da teoria da carga dinâmica probatória	624
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	628
9.8. Pagamento das dívidas do falecido e a (im)possibilidade de cobrança de indenização por uso exclusivo de bem comum do espólio por um dos coerdeiros	632
9.9. Usucapião entre coerdeiros? E a gestão de negócios?	637

9.10. Sonegados	639
9.11. Colação e redução das doações inoficiosas	643
9.11.1. Generalidades	643
9.11.2. Alcance subjetivo da colação (quem está obrigado a colacionar?)	646
9.11.3. Cálculo do valor do bem a ser colacionado.....	648
9.11.4. Dispensa da colação (doação no limite da cota disponível ao titular).....	652
9.11.5. A doação remuneratória de ascendente para descendente: critério finalístico....	654
9.12. A partilha.....	656
9.12.1. Noções conceituais	656
9.12.2. Espécies de partilha	659
9.12.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	661
9.12.4. O cabimento da emenda da partilha.....	666
9.12.5. A sobrepilha sucessória (prospectiva e retrospectiva).....	667
9.12.6. A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários	671
Bibliografia	673